



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

AS HIERARQUIAS SOCIAIS DE GÊNERO E RAÇA NAS CIÊNCIAS: Um estudo acerca da área de conhecimento I na Universidade Federal da Bahia: 2016-2017

Angela Ernestina Cardoso de Brito
Universidade Federal da Bahia
angela.ernestina@ufba.br

Jamile Santos Brito
Universidade Federal da Bahia
Jamilesantos2011@gmail.com

Josiele do Carmo Gonçalves
Universidade Federal da Bahia
josiele_dcg@hotmail.com

Juliana Marcia Santos Silva
Universidade Federal da Bahia
julianamss@msn.com

Resumo: O laboratório de tecnologias sócio-raciais e metodologias de redes - LATER nos anos de 2017-2018 dedicou-se a realizar um censo com recorte racial e de gênero nas cátedras do ensino superior na UFBA. A pesquisa analisou a inserção de homens e mulheres dos distintos segmentos raciais, apresentam-se resultados da área I. Para a coleta de dados consultou-se fontes documentais como sites SUPAC, PRODEP/PROPLAN, SIP e o currículo lattes dos (as) professores (as). Utilizou-se a técnica de snowball, contatos telefônicos, envio de e-mails, visitas às coordenações e a forma mista de identificação de pertença racial: heteroatribuição e auto-atribuição de pertença racial, por meio do sistema classificatório empregado pelo IBGE para identificar grupos raciais. Na área I da UFBA participaram 576 docentes, sendo: 50,52% homens brancos, 10,42% pardos, 5,21% pretos. Mulheres somou-se 27,78% brancas, 4,5% pardas e 1,56% pretas. O índice de Paridade de Gênero (IPG) da área I é de 0,51 e o Índice de Paridade Racial (IPR) 0,28. Considera-se que o Instituto de geociências, física, química, matemática, estatística, ciência da computação e a escola politécnica possuem os menores IPR de toda UFBA. Os indicadores de acesso a docência do ensino superior, entendidos, esses, como espaços para produção de ciência, são demarcados, dentre um conjunto de variáveis, por sexo e cor/raça. O estudo mostra que as mulheres negras estão subrepresentadas na produção da ciência e da tecnologia na UFBA.

Palavras-chave: Docentes negras, Ciências exatas, Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

O trabalho aborda a inserção de mulheres negras nas cátedras acadêmicas da

área I da UFBA entre os anos 2016-2017.¹ A reflexão sobre a inserção de mulheres negras

¹ Os dados apresentados compõe uma pesquisa maior realizada nos anos de 2016-2017 na UFBA pelo



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

nos espaços acadêmicos tem sido pouco incorporada nos estudos acadêmicos, principalmente quando se refere às pesquisas quantitativas. Brito (2018) destaca a não existência de pesquisas quantitativas que abordem as carreiras docentes de negros e negras no ensino superior.

Segundo Caldwell (2000, p. 96) “(...) a ausência da raça na maioria dos estudos sobre mulheres brasileiras parece ter refletido o posicionamento e as prioridades de pesquisadoras brancas”, desta forma existem poucos indicadores sobre a situação de negros e negras na docência de ensino superior.

O pioneirismo da pesquisa apresentada por Brito (2017) em *A Balança de Efa: uma análise quantitativa de Raça e gênero sobre a inserção de negros e Negras no magistério superior da UFBA (2016-2017)* demonstra esforços significativos no que tange a análise da inserção do corpo docente na universidade. A analogia com a balança utilizada para medir grãos em 560 a.C., a autora denuncia o tratamento despendido aos negros na sociedade brasileira racista, apontando que estes permanecem sendo “medidos”.

Laboratório de tecnologias sócio-raciais e metodologias de redes - LATER, mapeado todos os cursos da referida universidade e disponibilizado seus resultados no site www.later.ufba.br. Posteriormente o trabalho foi quantificado pelo professora Dr. Anderson Ara, coordenador do LED e professor do curso de estatística da UFBA.

Neste trabalho, os dados apresentados destacam o importante papel social de denunciar a baixa inserção ou ausência de mulheres na área de conhecimento I, Ciências Físicas, Matemática e Tecnologia, considerada área ciências duras e historicamente de predominância masculina. Pinto (2007) destaca que o termo: ciências “duras”, remete à taxonomia sexual da vida social, naturalizada como instrumento da dominação masculina.

Por fim, trata-se de outra forma de fazer teoria, estudando e alterando as relações de gênero, incorporando outros debates nos estudos, contrastando com uma teoria escrita do ponto de vista de intelectuais negras, que certamente deverá refletir naquelas antigas relações, em direção a modos de coexistência que não sejam baseados em dominação.

MULHERES NEGRAS NAS CIÊNCIAS: NOSSAS VOZES

A publicação do relatório “desigualdades de cor/raça e sexo entre pessoas que frequentam e titulados na pós-graduação brasileira: 2000 e 2010” apresentado pela Fundação Carlos Chagas (FCC) a partir de dados do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra aumento no quantitativo de negros e negras nas instituições de ensino superior, em cursos



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

de graduação e pós graduação desde 2010. O estudo indica que essa expansão é resultado da mobilização dos movimentos negros, que vêm denunciando as desigualdades de acesso e a permanência de negros nos espaços escolares e pressionando o Estado no sentido de ações concretas, com vistas a igualdade na ocupação das vagas tanto na educação básica como no ensino superior. Contudo Bourdi e Batista (apud SILVA, 2010, p.30) apontam que quando há o aumento do nível de formação do grupo estudado o número de mulheres e de negros são cada vez menores.

Queiroz (2004) aponta que o ambiente universitário foi historicamente constituído como um espaço masculino e branco, desta forma travou-se grandes embates políticos e sociais que pautavam políticas públicas que permitissem o ingresso de homens negros e mulheres negras neste espaço em todos os níveis de formação.

Efeitos do mito da democracia racial são percebidos no discurso acadêmico de negação de uma sociedade racista no Brasil (QUEIROZ, 2001; SILVA, 2010) que permite a perpetuação da maioria numérica de homens brancos nas cátedras acadêmicas.

Para pensar a inserção das docentes negras nos cursos de ensino superior faz-se necessário considerar os eixos de opressão que se entrecruzam para moldar esta realidade. Sendo assim, o conceito de

interseccionalidade (CREENSHAW, 2002) apresenta-se como importante recurso metodológico para análise de tal realidade. Embora o Brasil não tenha vivenciado uma experiência de segregação explícita, como a norte-americana, ainda observa-se que os sujeitos pretos e pardos tem maior dificuldade para ascender socialmente, são a maioria nos presídios e ocupam as camadas mais pobres da sociedade.

A categoria gênero integra esta análise para avaliar a discrepância de oportunidades e vivências daquelas que se propõe a ingressar na carreira acadêmica de acordo com sua categoria. A disseminação de papéis padrões de gênero incide sobre a vinculação histórica de mulheres na profissão de cuidado. Desta forma, os cursos de ensino superior vinculadas a estas profissões apresentam maiores percentuais de mulheres quando comparadas aos cursos tidos como masculinos. Ainda conforme Queiroz (2004) os indicadores sobre a presença, na graduação, de brancos e negros nos cursos de maior prestígio social, dentre eles Administração, Processamento de dados, Engenharia Elétrica, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Arquitetura e Engenharia Química, destacando uma maior quantidade de brancos e homens nestes cursos, contudo destaca “na Área I, Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

as mulheres são maioria numa única carreira, a Arquitetura, respondendo por pouco mais da metade dos estudantes.” (QUEIROZ, 2001). Os estudos mostram que a arquitetura é considerada uma área considerada interesse feminino, ligada a decoração, aproximando-a ao universo feminino, na percepção social, afastando os homens.

Nas demais carreiras dessa área, as mulheres, embora minoritárias, têm participação mais próxima dos homens em Química e Estatística, duas carreiras pouco valorizadas. A participação feminina é maior justamente em Química, coincidentemente uma das poucas carreiras dessa área, ao lado de Matemática e Física, que prepara para o magistério. Também aqui percebe-se que as mulheres estão situadas naquele espaço que a tradição consolidou como espaço feminino. (QUEIROZ, 2001)

Percebe-se que a vinculação da mulher às profissões de cuidado e também de menor prestígio permanece no imaginário da sociedade brasileira, revelando uma exclusão sistemática de mulheres nos espaços de formação profissional em áreas consideradas cativas dos homens: ciências físicas, matemáticas e tecnológicas, profissões relacionadas ao raciocínio lógico, quantificação e métodos rigorosos de análise. O estudo de Queiroz analisou a inserção dos negros e negras na graduação da UFBA.

Posteriormente Pinto (2007) analisa a inserção de mulheres negras nos cursos de pós graduação: mestrado e doutorado da UFF. A autora apresenta razões históricas para a baixa inserção das mulheres negras em tais espaços, principalmente nas ciências exatas.

Segundo Silva (2010) e Brito (2015) Brito (2015) na busca por melhores cargos no mercado de trabalho as mulheres negras são demandadas de maior esforço se comparada às mulheres branca e aos homens, pois além de comprovar sua competência precisa abrir mão de seu lazer, da maternidade, relacionamentos afetivos para concentrar seus esforços na conquista de seus objetivos. “Isso demonstra que, em se tratando da questão de gênero, este é por si só um fator complicador, mas, quando aliado à raça, aumenta ainda mais os obstáculos para inclusão e ascensão social.” (BRITO, 2015, p.142).

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa quantitativa, utilizou-se como instrumento metodológico consultas a fontes documentais nos sites da Superintendência de Administração Acadêmica - SUPAC, da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas - PRODEP/PROPLAN, do Sistema Integrado de Pessoal - SIP da UFBA. Na segunda fase



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

da pesquisa, empregou-se da pesquisa de campo: conversas informais com porteiros das unidades, professores (as), estudantes e funcionários (as) dos departamentos e colegiados dos respectivos cursos. Na fase do campo utilizou-se a heteroclassificação² e auto-classificação por meio das categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nas abordagens foram apresentadas a lista e tabela, juntamente com os nomes de todos os professores de cada curso, para que o/a participante apontasse, por meio da heteroclassificação a cor/raça do professor.

Todos os professores do quadro permanente da Universidade heteroclassificados (as) como pretos (as) e pardos (as) foram abordados para se autodeclararem, com exceção dos estrangeiros, indígenas, amarelos, aqueles (as) que estavam em licença médica ou em afastamento para qualificação docente ou ainda os (as) que não quiseram se autodeclarar, todas as exceções apontadas contabilizam a Não Resposta (NR).

² Osório (2003), em seu estudo intitulado “O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE” explica que existem basicamente três métodos de identificação racial e suas variantes. O primeiro é a auto atribuição de pertença, no qual o próprio sujeito da classificação escolhe o grupo do qual se considera membro. O segundo é a heteroatribuição ou heteroclassificação de pertença, no qual outra pessoa define o grupo do sujeito. O terceiro método é a identificação de grandes grupos populacionais dos quais provieram os ascendentes próximos por meio de técnicas biológicas, como a análise do DNA.

Utilizamo-nos de dois indicadores para análise dos dados quantitativos, estes foram: o Índice de Paridade Racial (IPR) e o Índice de Paridade de Gênero (IPG). O IPR é um indicador construído pela Fundação Carlos Chagas para medir a distância entre negros e brancos para qualquer valor numérico³. O IPG é utilizado pela UNESCO nos relatórios de monitoramento global “Educação para Todos”. Assim, o IPR foi espelhado no IPG. Um IPR de valor 1 indica a paridade entre negros e brancos; um IPR entre 0 a 1, uma disparidade a favor dos brancos, um IPR maior do que 1, uma disparidade a favor dos negros (Fundação Carlos Chagas, 2016). Um IPG com valor 1 indica paridade entre os sexos; um IPG que varia de 0 a 1 significa uma disparidade em favor dos homens; um IPG maior do que 1 indica disparidade em

³ Uma crítica pertinente para o uso do índice de Paridade Racial é que, ao contrário do sexo, que se apresenta como uma polaridade entre masculino e feminino ou homem e mulher, a variável cor/raça, apenas considerando as possibilidades de respostas definida pelo IBGE, apresenta cinco opções de escolha (branco, preto, amarelo, pardo e indígena). Porém, a participação dos amarelos na população geral, segundo o Censo 2010, é de 1,1% e dos indígenas, 0,7%, totalizado apenas 1,8% da população, enquanto os brancos representam 47,5% e pretos e pardos é de 50,9% (tabela 4). Assim, a possibilidade de se usar um indicador que mensure a desigualdade entre os negros e os brancos, desconsiderando-se na sua constituição os amarelos e indígenas pode servir para ressaltar a distância entre os grupos (brancos e negros) para diferentes variáveis. O Índice de Paridade Racial, assim constituído, em vez de trabalhar com dois valores (números ou porcentagens em separado para os grupos de negros e brancos), sintetiza a distância entre os grupos em um único indicador. (Fundação Carlos Chagas, 2016)



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

favor das mulheres. Aceitam-se valores entre 0,95 a 1,05 como intervalo de confiança. Desta forma, qualquer indicador menor do que 0,95 representa uma desigualdade para mulheres e qualquer indicador maior do que 1,05, uma vantagem para as mulheres. (UNESCO 2003/2004, p. 386).

Para análise dos dados coletados foi criado um aplicativo usando o Shiny, pacote do software estatístico R, que permite o projeto de aplicações online, harmonizando tecnologias de design web como HTML, CSS e Java Script com o tradicional ambiente de análise estatística R, de forma que o usuário possa transitar pelo aplicativo intuitivamente. Por meio dessa ferramenta, procurou-se desenvolver um web site⁴ que permitindo análise da distribuição racial entre homens e mulheres nas diversas posições de docência da UFBA. O aplicativo apresenta os dados em forma de tabelas, gráficos e mapas interativos. Abaixo, segue a apresentação dos dados coletados. Segue a apresentação dos dados coletados.

Abaixo, segue a apresentação dos dados coletados.

RELAÇÕES DE PODER

O trabalho compara a inserção de negros e brancos na área I UFBA, por meio

de concurso público, de modo a entender o porquê de a questão permanecer silenciada, em um dos estados com maior concentração de negros do país e, onde a experiência com a escravidão foi tão definida. É interessante dar visibilidade a discrepância com que negros e brancos adentram na UFBA. Tentando objetivar a ausência de estudos sobre o tema Sandra Azerêdo diz que raça, assim como gênero, se constitui em relações de poder e, determina tanto a vida das mulheres e homens brancos como a de homens e mulheres pretos e, qualquer sistema de diferenciação modela tanto os que se beneficiam dele quanto aqueles a quem ele oprime (Azerêdo: 1994). Ao incorporar raça, nesse estudo censitário, espera-se contribuir para a identificação e compreensão dos possíveis mecanismos geradores das desigualdades raciais e étnicas na docência, bem como entender o dimensionamento da contribuição de negras e negros para o desenvolvimento do campo das Ciências Exatas.

Os resultados apresentados demonstram um panorama quantitativo acerca do quadro docente dos cursos da área de conhecimento I, sendo estes lotados nas seguintes unidades de ensino: Escola Politécnica, Faculdade de Arquitetura, Instituto de Física, Instituto de Geociências, Instituto de Matemática e Estatística e o Instituto de Química.

⁴ www.later.ufba.br



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Na Universidade Federal da Bahia a Área I é composta pelos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura e Urbanismo – Noturno, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, Engenharia de Controle e Automação de Processo, Engenharia de Minas, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Engenharia Sanitária e Ambiental, Ciência da Computação, Estatística, Física (Lic) – Noturno, Física (Lic. e Bach.), Geofísica, Geografia (Lic. e Bach.), Geografia (Lic.) – Noturno, Geologia, Licenciatura em Computação – Noturno, Matemática (Lic. e Bach.), Matemática (Lic.) – Noturno, Oceanografia, Química (Lic. Bach. e Química Industrial), Química (Lic.), Sistemas de Informação – Bacharelado.

Observarmos as assimetrias de gênero existentes na área I na tabela a seguir:

Tabela 1: Quantitativo de homens e mulheres em cursos da área I da UFBA.

Área	Homens	Mulheres	IPG	NR	Total
I	381 (66,15%)	195 (33,85%)	0,51	16	576

Fonte: Brito, A. E.C (2017).

Observa-se na tabela 1 que o quantitativo geral de homens nesta área ainda é o dobro do número de mulheres apresentando IPG menor que 1. Tais índices demonstram a predominância masculina nestes espaços, Brito (2017), Pinto (2007) e Queiroz (2001; 2004) destacam os reflexos da

exclusão histórica das mulheres nestes espaços e os poucos incentivos existentes para o estímulo da inserção das mulheres nestes espaços. Os índices apresentados condizem com o indicado por Pinto (2007) quando esta afirma que ao se aproximar das ciências “duras” de conhecimento, Engenharias, Ciências exatas e Tecnológicas (C&T), encontramos uma concentração menor de mulheres, tratando-se da inserção no mestrado e doutorado da UFF.

Casagrande e Lima e Souza (2016) elencam diversos fatores para que mulheres não optem por cursos na área das engenharias e licenciaturas nas ciências exatas, dentre eles as autoras destacam o processo de socialização de meninos e meninas, sendo elas educadas para o cuidado com os outros e não estimuladas para o desenvolvimento de curiosidade e criatividade a partir de brincadeiras que estimulem, por exemplo, o raciocínio e concentração durante a infância. As autoras apontam que o professor ao introduzir um novo assunto em sala de aula não partem do nada, com isso as meninas que tiveram esta socialização voltada para o cuidado tendem a apresentar maior dificuldade ou abandonar os cursos.

Os baixos índices da presença de mulheres nos cursos de graduação reverberam nos baixos índices de mulheres docentes nos cursos de ciências exatas. Estes números



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

apresentam-se ainda menores quando consideramos os índices de mulheres negras.

Considerando raça e gênero como categorias de análise, como sugere o conceito

de interseccionalidade, podemos analisar na tabela a seguir os dados apresentados por unidades e departamentos.

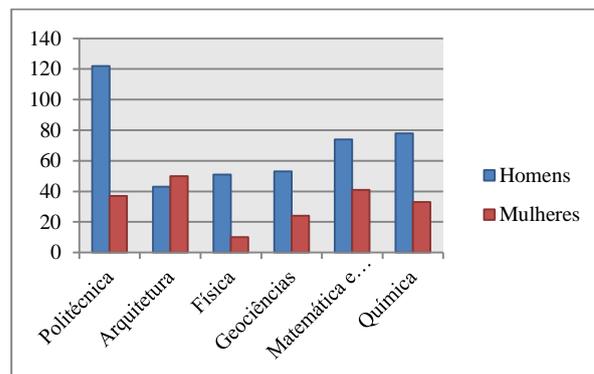
Tabela 2. Distribuição Geral de professores/ Unidade e departamentos - Área 1

Unidade	Departamento	Masculino				Feminino				Geral			NR
		Branco	Pardo	Preto	Total	Branca	Parda	Preta	Total	Total	IPG	IPR	
Escola Politécnica	Departamento de Engenharia Elétrica	18 (66,67%)	7 (25,93%)	2 (7,41%)	27	3 (75,00%)	1 (25,00%)	0 (0,00%)	4	31	0,15	0,48	0
Escola Politécnica	Departamento de Ciência e Tecnologia dos Materiais	14 (70,00%)	6 (30,00%)	0 (0,00%)	20	4 (100,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	4	24	0,20	0,33	1
Escola Politécnica	Departamento de Construção e Estruturas	10 (83,33%)	1 (8,33%)	1 (8,33%)	12	4 (100,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	4	16	0,33	0,14	1
Escola Politécnica	Departamento de Engenharia Ambiental	8 (88,89%)	1 (11,11%)	0 (0,00%)	9	6 (75,00%)	2 (25,00%)	0 (0,00%)	8	17	0,89	0,21	1
Escola Politécnica	Departamento de Engenharia de Transportes e Geodésia	10 (62,50%)	5 (31,25%)	1 (6,25%)	16	7 (77,78%)	2 (22,22%)	0 (0,00%)	9	25	0,56	0,47	3
Escola Politécnica	Departamento de Engenharia Mecânica	14 (70,00%)	5 (25,00%)	1 (5,00%)	20	2 (100,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	2	22	0,10	0,38	2
Escola Politécnica	Departamento de Engenharia Química	11 (61,11%)	6 (33,33%)	1 (5,56%)	18	5 (83,33%)	1 (16,67%)	0 (0,00%)	6	24	0,33	0,50	1
Faculdade de Arquitetura		34 (79,07%)	7 (16,28%)	2 (4,65%)	43	39 (78,00%)	8 (16,00%)	3 (6,00%)	50	93	1,16	0,27	2
Instituto de Física	Departamento de Física da Terra e do Meio Ambiente	11 (91,67%)	0 (0,00%)	1 (8,33%)	12	3 (100,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	3	15	0,25	0,07	1
Instituto de Física	Departamento de Física do Estado Sólido	19 (79,17%)	2 (8,33%)	3 (12,50%)	24	2 (66,67%)	0 (0,00%)	1 (33,33%)	3	27	0,12	0,29	0
Instituto de Física	Departamento de Física Geral	14 (93,33%)	1 (6,67%)	0 (0,00%)	15	3 (75,00%)	1 (25,00%)	0 (0,00%)	4	19	0,27	0,12	0
Instituto de Geociências	Departamento de Geografia	9 (69,23%)	3 (23,08%)	1 (7,69%)	13	9 (100,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	9	22	0,69	0,22	0
Instituto de Geociências	Departamento de Oceanografia	13 (100,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	13	5 (100,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	5	18	0,38	0,00	0
Instituto de Geociências	Departamento de Geofísica	11 (78,57%)	2 (14,29%)	1 (7,14%)	14	4 (100,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	4	18	0,29	0,20	0
Instituto de Geociências	Departamento de Geologia	9 (69,23%)	0 (0,00%)	4 (30,77%)	13	4 (66,67%)	2 (33,33%)	0 (0,00%)	6	19	0,46	0,46	0
Instituto de Matemática e Estatística	Departamento de Ciência da Computação	27 (84,38%)	1 (3,12%)	4 (12,50%)	32	8 (80,00%)	2 (20,00%)	0 (0,00%)	10	42	0,31	0,20	1
Instituto de Matemática e Estatística	Departamento de Estatística	7 (87,50%)	0 (0,00%)	1 (12,50%)	8	11 (84,62%)	2 (15,38%)	0 (0,00%)	13	21	1,62	0,17	1
Instituto de Matemática e Estatística	Departamento de Matemática	30 (88,24%)	2 (5,88%)	2 (5,88%)	34	15 (83,33%)	0 (0,00%)	3 (16,67%)	18	52	0,53	0,16	0
Instituto de Química	Departamento de Físico-Química	5 (83,33%)	1 (16,67%)	0 (0,00%)	6	6 (100,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	6	12	1,00	0,09	0
Instituto de Química	Departamento de Química Analítica	2 (33,33%)	2 (33,33%)	2 (33,33%)	6	9 (81,82%)	1 (9,09%)	1 (9,09%)	11	17	1,83	0,55	1
Instituto de Química	Departamento de Química Geral Inorgânica	7 (46,67%)	6 (40,00%)	2 (13,33%)	15	7 (58,33%)	4 (33,33%)	1 (8,33%)	12	27	0,80	0,93	1
Instituto de Química	Departamento de Química Orgânica	8 (72,73%)	2 (18,18%)	1 (9,09%)	11	4 (100,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	4	15	0,36	0,25	0

Fonte: Brito, A. E.C (2017).

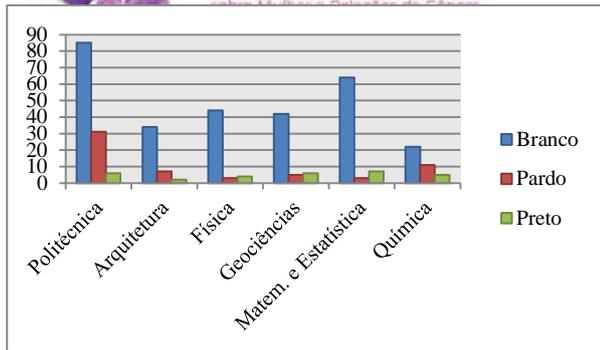
Os dados apresentados ilustram o quadro geral da área I em números e percentuais. Contudo sua apresentação em gráficos nos permite visualizar e comparar as disparidades aqui identificadas como observamos a seguir:

Gráfico 1: Comparativo entre homens e mulheres por unidade de ensino.



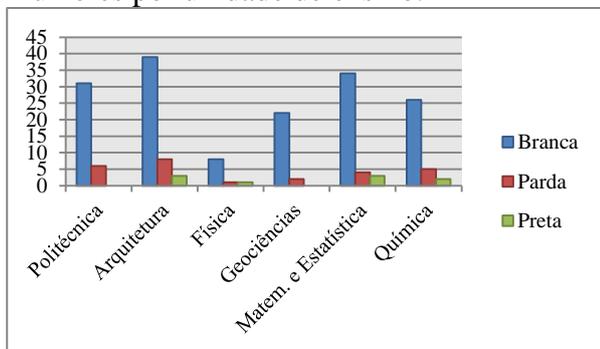
Fonte: Brito, A. E.C (2017).

Gráfico 2: Comparativo entre raças dos homens por unidade de ensino.



Fonte: Brito, A. E.C (2017).

Gráfico 3: Comparativo entre raças das mulheres por unidade de ensino.



Fonte: Brito, A. E.C (2017).

Analisando os IPG's e IPR's da Escola Politécnica, verifica-se que nos departamentos de Engenharia Mecânica IPG: 0,10, neste departamento tem-se 2 (duas) professoras brancas e nenhuma negra. No departamento de Engenharia Elétrica o IPG é de 0,15, apresenta 3(três professoras branca e somente 1(uma) parda. Na Ciência e Técn. dos Materiais o IPG é de 0,20, com 4 (quatro) mulheres brancas e nenhuma negra. Na Construção e Estrutura IPG de: 0,33, também 4 (quatro) mulheres brancas e nenhuma negra. Na Engenharia Ambiental, assim como nos estudos realizados por Queiroz (2001), apresenta exceção. IPG de: 0,89, com 6(seis)

mulheres brancas, com apenas 2 (duas) professoras pardas. Na Engenharia de Transp. E Geodésia IPG de: 0,56, com 7 (sete) brancas e 2 (duas pardas) e na Engenharia Química IPG:0,3, com 5(cinco) brancas e 1(uma) parda. Observa-se que em toda a Escola politécnica as professoras negras estão subrepresentadas, não há professores pretas, considerando a classificação utilizada pelo IBGE.

A Escola Politécnica apresenta IPG 0,89, valor próximo do indicador de paridade. Mesmo considerando o IPG elevado, essa prerrogativa não recai entre as mulheres negras (pretas e pardas) que continuam em grande desvantagem se comparadas às professoras brancas.

Ao analisar o IPR, os departamentos de Construção e Estruturas (0,14) e Engenharia Ambiental (0,21), apresentam os menores IPR's de toda a Escola politécnica.

A Faculdade de Arquitetura compõem-se de um departamento, com IPG: 1,16, contudo apresenta o IPR 0,27, apresentando uma predominância de homens e mulheres brancos e brancas. Assim como mencionado por Queiroz (2001), a arquitetura, por sua similaridade à decoração, geralmente apresenta maior presença feminina dada ao ideal de sensibilidade culturalmente associado a este sexo.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

O Instituto de Física é composto pelos departamentos Física Geral, Estado do Sólido e Terra e do Meio Ambiente. Nesta unidade o departamento de Terra e Meio Ambiente apresenta o menor IPR (0,07) e o menor IPG 0,12 no departamento de Física do Estado Sólido. A disparidade de gênero no Instituto de Física em geral pode ser visualizada no Gráfico 1 quando observamos a larga diferença de tamanho entre a barra que representa os homens da que representa as mulheres. Realizando o recorte racial no Instituto de Física há 8 (oito) mulheres brancas e 1(uma) preta e 1(uma) parda. Se as professoras brancas estão em desvantagem em relação aos homens brancos, as professoras pretas e pardas ainda estão em desigualdade se comparadas aos professores brancos, negros e às professoras brancas.

O Instituto de Geociências- IGEO compõem-se dos cursos de Oceanografia, Geografia, Geologia e Geofísica. Dentre estes, o departamento de Oceanografia, geofísica e o de geografia não apresenta professoras negras. Em geologia há 4 (quatro) professoras brancas e 2 (duas) pardas.

O Instituto de Matemática e Estatística - IME é composto pelos cursos de Computação, Estatística, Matemática. O departamento de estatística apresenta IPG 1,62, que indica maior presença feminina, há 11(onze) professoras brancas e 2(duas) pardas. Na

Matemática com IPG: 0,53, há 15(quinze) mulheres brancas e penas 3 (três) pretas, por fim a Computação IPG de: 0,31, com 8(oito) mulheres brancas e 2 (duas) pardas. Quanto ao menor IPR destaca-se o departamento de Matemática com 0,16, seguido de Estatística com 0,17 e Computação com 0,20. Observa-se que com exceção do IPG do departamento de Matemática todos os outros índices apresentam-se muito abaixo do valor indicador de paridade, 1.

O Instituto de Química compõe-se dos departamentos de Físico-Química, Química Analítica, Geral Inorgânica e Orgânica. Em ordem crescente os IPG's apresentam-se como 0,26, em Química Orgânica, porém há 4(quatro) professoras brancas e nenhuma negra. Em química Geral e Inorgânica o IPG de 0,80, sendo 7 (sete) professoras brancas 4 (quatro) pardas e 1 (uma) preta. Em Química Analítica o IPR de e 1,83, sendo 9 (nove) professoras brancas, 1(uma) parda e 1(uma) preta. Enquanto os IPR's apresentam 0,25 em Química Orgânica, 0,55 em Geral e Inorgânica e 0,93 no departamento de Química Analítica. As mulheres negras sempre em desvantagem.

CONCLUSÕES: POR QUE FOCALIZAR AS MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR DA UFBA?

Os dados apresentam a real participação da população negra na produção



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

da ciência e da tecnologia na UFBA. Trata-se de estudo raro que intersecciona cor e raça na educação no ensino superior. O mapeamento de toda a Universidade Federal da Bahia no interstício de 2016 e 1º semestre de 2017 O estudo, apresenta em números a baixa inserção de docentes negras/negros, brancos/brancas na docência do ensino superior da área I da UFBA.

Tais números nos levam a refletir sobre a representação social destas professoras, tendo em vista que a UFBA está inserida no estado da Bahia, que, no último censo identificou-se 59% autodeclarados pardos e 17% pretos. Aquelas que consideramos *outsiders within* (COLLINS, 2016) ainda enfrentam o racismo e o sexismo que sistematicamente às excluem da academia e ainda mais nas áreas de formação que possibilitam maior prestígio social.

Historicamente apresentam-se diversos fatores que afastam as mulheres negras da escolha pela Área I, dentre eles: o baixo estímulo a criatividade e curiosidade durante o processo de socialização de meninas durante a infância; valores agregados ao plano da cultura e menos no campo do desenvolvimento científico e tecnológico, valores relacionados ao patriarcalismo, sexismo e racismo. Desta forma encontram-se poucas mulheres nos cursos das ciências exatas, sendo este número bem reduzido e as

vezes inexistentes quando trata-se de mulheres negras.

Verifica-se que as mulheres brancas estão adentrando em áreas consideradas cativas de homens brancos, em contrapartida as mulheres negras ainda permanecem em grande desvantagem, descortinando o mito da igualdade racial e revelando o abismo racial que há na sociedade.

Mesmo considerando que as políticas de ações afirmativa nos cursos de graduação ampliaram a participação dos grupos subrepresentados no ensino superior, são poucas ou nenhuma iniciativa na pós-graduação, o que dificulta a participação e inserção tanto das mulheres negras como dos homens negros em concurso públicos, conseqüentemente na docência do ensino superior, em áreas consideradas de prestígio como de exatas e tecnologia.

Na UFBA, recentemente foi instituída resolução de ações afirmativa tanto na pós graduação como em concursos públicos, para professores do nível superior, ainda em implantação. No momento, o dimensionamento sobre a presença de negras e negros na área I da UFBA é restrito e pontual.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Gênero nas Políticas Públicas. Brasília: CEPAL, SPM, 2005, 47p. Disponível em:<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0932095E3A/integra_publ_lourdes_bandeira.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

BELTRÃO, K.; TEIXEIRA, M. de P. O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira – uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para discussão).

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Brasília, 2005.

BRITO, A. E. C. de. A Balança de Efa: Uma análise quantitativa de Raça e Gênero sobre a inserção de negros e negras no magistério superior da UFBA (2016- 2017). **Revista Gênero, Niterói**, v. 18, n. 1, p.6-25, 2. sem. 2017.

_____, A. E. C.; GOMES, E. M. O entre lugar: trajetória de vida e memória no processo de formação profissional de mulheres negras. Vol.3, N.2/3. 2015. Disponível em:<<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/314/185>>. Acesso em. 23 out.2018.

CALDWELL. K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n.2, 2000.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p.99-127, jan./ abr. 2016.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; LIMA e SOUZA, Ângela Maria Freire de. Para além e gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas. **Revista Estudos Feministas**, v.24, n.3, p.825-850, set./dez. 2016.

CREENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Desigualdades de cor/raça e sexo entre pessoas que frequentam e titulados na pós-graduação brasileira: 2000 e 2010. Relatório final da Pesquisa. Disponível em:<<http://www.fcc.org.br/fcc/images/pesquisa/pdf/pesquisa-desigualdades-de-cor-e-sexo.pdf>>. Acesso em 04 out. 2018.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. (Org.). **O**



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

lugar da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, n. 2, p. 464-478, jul./dez., 1995.

OSÓRIO, R. G. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Texto para discussão n. 996, Brasília: Ipea, 2003.

PINTO, G. Trajetórias de mulheres negras estudantes de mestrado da UFF: um estudo sobre estratégias e possibilidades de Ascensão social. **Cadernos Penesb**, n.9, 2007.

QUEIROZ, D. M. Mulheres no ensino superior no Brasil. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2000, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Anped, 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/mulheres-no-ensino-superior-no-brasil>>. Acesso em: 4 out. 2000.

_____. O acesso no Ensino Superior: gênero e raça. **Cadernos CHR**, n. 34, 2001.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórico, 1995. Disponível em:<https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em 28 set. 2018.

SILVA, J. Desigualdades de Raça a Gênero Na Educação Superior: Um Olhar Sobre A Base SINAES. Anais da 26ª Reunião de Antropologia. Bahia: Porto Seguro, 2008.

_____. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **PERSPECTIVA**, v. 28, n. 1, 2010.